



Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

ATA NÚMERO 102/XIV/2.^a SL

Aos 10 dias do mês de março de 2021, pelas 14:30 horas, reuniu a Comissão De Economia, Inovação, Obras Públicas E Habitação, na Sala Senado do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

[Presencial e Videoconferência]

Parte I – 14H30

1. Apreciação e votação da **ata n.º 101** referente à reunião de 2 de março de 2021.
2. Apreciação e votação do **requerimento** apresentado pelo **BE** para audição do Ministro das Infraestruturas e da Habitação, a propósito da componente da habitação no Plano de Recuperação e Resiliência.
3. Apreciação e votação do **requerimento** apresentado pelo **CDS-PP**, para audição do Ministro das Infraestruturas e da Habitação, Presidente do Conselho de Administração da SPdH – Sociedade Portuguesa de Handling, S.A. (Groundforce) e Administrador da PASOGAL, SGPS, e Presidente do Conselho de Administração da TAP – Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A, sobre "TAP e Groundforce"
4. Apreciação e votação do **requerimento** apresentado pelo **BE** para audição das Organizações Representativas dos Trabalhadores da Groundforce, do Conselho de Administração da Groundforce e do Ministro das Infraestruturas e Habitação sobre "a situação da Groundforce"
5. Discussão do **Projeto de Resolução nº 958/XIV/XIV/2.^a (BE)** – “Pela efetivação do serviço de apoio aos inquilinos e que tramita as denúncias de assédio imobiliário.”
6. Discussão conjunta dos **Projetos de Resolução**:
 - 6.1. **N.º 957/XIV/2.^a (BE)** – “Pela requalificação do troço vale de Santarém – Entroncamento da linha do norte, incluindo a variante em Santarém”



Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

ATA NÚMERO 102/XIV/2.ª SL

6.2. N.º 965/XIV/2.ª (PSD) – “Construção da variante ferroviária Santarém - Entroncamento da linha do Norte”

6.3. N.º 1001/XIV/2.ª (PS) – “Recomenda ao Governo a modernização da Linha do Norte entre Santarém e Entroncamento e a resolução do problema das Barreiras de Santarém”

7. Discussão do **Projeto de Resolução nº 942/XIV/2.ª (BE)** – “Recomenda ao Governo a manutenção e reforço do programa 365 Algarve”

8. Fixação da Redação Final relativa ao texto do **Projeto de Resolução n.º 983/XIV/2.ª (BE)** – “Ampliação do Programa Apoiar Rendas.”

9. Baixaram à Comissão as seguintes iniciativas:

9.1. Projeto de Resolução nº 1030/XIV/2.ª (PCP) – “Recomenda ao Governo a reabilitação urgente da Estradas Nacionais 259, 121 e 260 e a retoma das obras de conclusão do IP8 na sua totalidade”

9.2. Projeto de Resolução nº 1031/XIV/2.ª (PAN) – “Recomenda ao Governo português que desista do projecto ilegal de construção do aeroporto do Montijo”

9.3. Projeto de Resolução nº 1038/XIV/2.ª (PCP) – “Pela mobilização de apoios aos lojistas dos centros comerciais no contexto do combate à epidemia de COVID-19”

9.4. Projeto de Resolução nº 1039/XIV/2.ª (PCP) – “Pela revisão do regime de funcionamento de atividades económicas de bens e serviços no contexto do combate à epidemia de COVID-19”

9.5. Projeto de Resolução nº 1040/XIV/2.ª (PCP) – “Pela melhoria das medidas de apoio às micro, pequenas e médias empresas na resposta aos impactos da epidemia de COVID-19”



Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

ATA NÚMERO 102/XIV/2.^a SL

9.6. Projeto de Resolução nº 1041/XIV/2.^a (PCP) – “Estabelece a rede de contacto e apoio a microempresários e a empresários em nome individual para acesso às medidas de resposta à epidemia por COVID 19”

9.7. Projeto de Resolução nº 1043/XIV/2.^a (PCP) – “Medidas urgentes para o Sector do Táxi face à epidemia de COVID-19”

9.8. Projeto de Resolução nº 1044/XIV/2.^a (PCP) – “Processo de Modernização do Sector do Táxi”

9.9. Projeto de Resolução nº 1045/XIV/2.^a (PAN) – “Recomenda ao Governo que garanta a preservação da antiga Estação Ferroviária Porto-Boavista”

10. Outros assuntos

Parte II – 16H00

Audição do **Secretário de Estado para a Transição Digital** sobre "o Plano de Ação para a Transição Digital", a **requerimento do PS**

Parte I

1. Apreciação e votação da ata n.º 101 referente à reunião de 2 de março de 2021

Iniciada a reunião, o Sr. Vice-Presidente submeteu a ata n.º 101/XIV/2.^a, relativa à reunião de 02 de março de 2021, a votação, a qual foi aprovada por unanimidade.



Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

ATA NÚMERO 102/XIV/2.^a SL

2. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo BE para audição do Ministro das Infraestruturas e da Habitação, a propósito da componente da habitação no Plano de Recuperação e Resiliência.

Entrando no ponto 2 da ordem de trabalhos, o Sr. Vice-Presidente deu a palavra à Sra. Deputada Maria Manuel Rola (BE) para apresentação do mesmo, tendo sido pela mesma referido que o requerimento apresentado era autoexplicativo, considerando os últimos desenvolvimentos sobre a matéria. Mais referiu ser essencial a Assembleia da República compreender qual o plano do Governo relativamente à questão da habitação no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

De seguida, pedida a palavra pelo Sr. Deputado Cristóvão Norte (PSD), o mesmo referiu que o GP PSD votaria favoravelmente o requerimento apresentado, assinalando haver uma grande opacidade no PRR relativamente a várias matérias, pelo que a CEIOPH deveria ponderar em que medida poderia exercer algum mecanismo de fiscalização ao referido plano.

Pelo Sr. Deputado Hugo Costa (PS) foi dito que o GP PS votaria favoravelmente o requerimento apresentado, assinalando que seria pertinente a Comissão rever a sua agenda, bem como o formato da audição regimental a realizar ao Sr. Ministro das Infraestruturas e Habitação no dia 18 de março.

O Sr. Deputado João Gonçalves Pereira (CDS-PP) pediu a palavra, no uso da qual informou que também o CDS-PP votaria favoravelmente ao requerimento apresentado, entendendo a sua pertinência. Mais assinalou, à semelhança do Sr. Deputado Hugo Costa (PS) que, havendo matérias urgentes em debate na Comissão, a agenda da Comissão teria de ser cuidadosamente organizada de modo a privilegiar estas audições.

De seguida, a Sra. Deputada Maria Manuel Rola (BE) usou da palavra para informar que, não obstante a Comissão ter ouvido recentemente o Sr. Ministro do Planeamento, houve determinados aspetos a que a mesma não tinha conseguido responder, motivo pelo qual o GP BE requeria a audição do Sr. Ministro das Infraestruturas sobre a componente habitacional no Plano de Recuperação e Resiliência.



Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

ATA NÚMERO 102/XIV/2.^a SL

O Sr. Deputado Bruno Dias (PCP) solicitou que, em momento oportuno, fosse organizada a agenda da Comissão.

O Sr. Vice-Presidente informou que, em momento próprio, se procederia aos agendamentos necessários, passando a colocar o requerimento a votação, tendo sido o mesmo aprovado por unanimidade.

3. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo CDS-PP, para audição do Ministro das Infraestruturas e da Habitação, Presidente do Conselho de Administração da SPdH – Sociedade Portuguesa de Handling, S.A. (Groundforce) e Administrador da PASOGAL, SGPS, e Presidente do Conselho de Administração da TAP – Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A, sobre "TAP e Groundforce"

O Sr. Vice-Presidente começou por dar a palavra ao Sr. Deputado João Gonçalves Pereira (CDS-PP), que referiu estarmos perante uma matéria prioritária com grandes consequências práticas, pelo que a Assembleia da República deveria ouvir as entidades envolvidas sobre as matérias a que alude o requerimento.

Pelo Sr. Deputado Hugo Costa (PS) foi mencionado que a audição deveria ser agendada após a audição às restantes entidades.

Solicitada a palavra pelo Sr. Deputado Cristóvão Norte (PSD), o mesmo referiu que as audições referidas nos requerimentos melhor identificados nos pontos 3 e 4 da ordem do dia estavam plenamente justificadas mas que, de modo a que a Assembleia da República pudesse exercer as suas competências de fiscalização, as audições teriam de ser agendadas o quanto antes, sob pena de se discutir não a situação atualmente em causa, mas antes as consequências da mesma.

Antes de passar a palavra à Sra. Deputada Isabel Pires (BE), o Sr. Vice-Presidente solicitou a todos que se deixassem os agendamentos para o momento próprio. De seguida, a Sra. Deputada Isabel Pires (BE) pediu para apresentar, de imediato, o requerimento mencionado no ponto 4 da ordem do dia por o mesmo estar relacionado



Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

ATA NÚMERO 102/XIV/2.^a SL

com a matéria em discussão, votando-se, no fim, os dois requerimentos em separado. Não houve objeções à proposta apresentada.

4. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo BE para audição das Organizações Representativas dos Trabalhadores da Groundforce, do Conselho de Administração da Groundforce e do Ministro das Infraestruturas e Habitação sobre "a situação da Groundforce"

A Sra. Deputada Isabel Pires (BE) referiu que, subjacente à apresentação do requerimento estava uma situação delicada, a qual poderia implicar a ausência do pagamento dos respetivos salários aos trabalhadores da Groundforce, colocando a empresa numa situação difícil. Reiterou-se a urgência da realização das audições, referindo-se ser impreterível acompanhar a situação, devendo a Assembleia da República exercer o seu poder de fiscalização ao Governo.

Neste momento, a Sra. Deputada Inês de Sousa Real (PAN) mencionou que o GP PAN iria acompanhar os requerimentos identificados nos pontos 3 e 4 da ordem do dia, na medida em que a dificuldade existente nas negociações e a participação do Estado português na empresa levavam a concluir que a Assembleia da República se deveria debruçar sobre a matéria em causa.

Pelo Sr. Deputado Bruno Dias (PCP) foi referido que as diversas iniciativas que contribuíssem para que a Assembleia da República fizesse o devido acompanhamento e intervenção, no âmbito das suas competências, ao Governo eram necessárias e úteis, pelo que se deveria avançar com as mesmas. Mais referiu ser indispensável que, independentemente dos debates parlamentares, e dada a urgência da situação, o Governo tomasse medidas imediatas para responder sem demoras aos problemas da empresa e dos trabalhadores, para que não se passasse de uma discussão «sobre aquilo que está para acontecer» para uma discussão «daquilo que já aconteceu».

Solicitada a palavra pelo Sr. Deputado João Gonçalves Pereira (CDS-PP), pelo mesmo foi referido haver um conjunto de decisões que o Governo está a tomar sobre a matéria



Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

ATA NÚMERO 102/XIV/2.^a SL

em apreço que deveriam ser comunicadas à Assembleia da República. Mais propôs que todas as audições referentes à Groundforce pudessem ser realizadas num só dia.

Colocado a votação o requerimento melhor identificado no **ponto 3** da ordem de trabalhos, foi o mesmo aprovado por unanimidade.

Colocado a votação o requerimento melhor identificado no **ponto 4** da ordem de trabalhos, foi o mesmo aprovado por unanimidade.

De seguida, foi deliberado alterar a ordem de trabalhos, passando-se para o **ponto 10.1.** da ordem do dia.

5. Discussão do Projeto de Resolução n.º 958/XIV/2.^a (BE) – “Pela efetivação do serviço de apoio aos inquilinos e que tramita as denúncias de assédio imobiliário.”

Dada a palavra à Sra. Deputada Maria Manuel Rola (BE), foi referido que o GP BE apresentou o Projeto de Resolução acima melhor identificado na sequência de, em 2019, se ter reconhecido a existência do assédio imobiliário com a necessidade de existir um serviço que tramitasse essas situações. Mais se afirmou que o Balcão Nacional de Arrendamento continua a existir e a fazer despejos, não obstante os mesmos deverem estar suspensos.

A Sra. Deputada referiu que o Serviço de Injunção em Matéria de Arrendamento (SIMA) continua sem sair do papel, sendo urgente a sua entrada em funcionamento, a sua divulgação e a criação da entidade que a passe a gerir.

Pela Sra. Deputada Maria Begonha (PS) foi dito que o GP PS acompanha a importância do projeto de resolução em discussão, sendo importante corrigir uma desigualdade há muito identificada entre senhorios e arrendatários. Foi assinalado que, juridicamente, os direitos dos arrendatários já tinham sido reforçados, designadamente através da proibição e punição do assédio no arrendamento, estabelecendo-se mecanismos de reforço de efetivação e que, de igual modo, também a Assembleia da República tinha aprovado um conjunto de diplomas que protegia arrendatários em situação de especial fragilidade que a pandemia veio agudizar.



Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

ATA NÚMERO 102/XIV/2.^a SL

A Sra. Deputada referiu ainda que, não obstante terem sido aprovadas medidas de acessibilidade ao arrendamento, com o objetivo de universalidade no acesso à habitação condigna, era absolutamente prioritário intervir nesta matéria, de forma a evitar situações de assédio imobiliário.

Mais acrescentou que o GP PS subscrevia o entendimento de que a inexistência do mecanismo do SIMA dificulta o equilíbrio de forças entre arrendatários e senhorios, mas que existia vontade e iniciativa política por parte do Governo relativamente a esta matéria, estando a mesma a ser revista.

De seguida, foi solicitada a palavra pelo Sr. Deputado Bruno Dias (PCP) o qual afirmou que a Assembleia da República deveria ter como ponto de partida um esclarecimento por parte do Governo sobre o ponto de situação relativamente à matéria em apreço. Mais acrescentou que, do lado dos proprietários, os mesmos já dispunham de conhecimentos sobre como proceder caso este tipo de injunções fosse acionado, restando agora perceber o que estava na origem da incapacidade de o Governo passar à prática. Por fim, o Senhor Deputado acrescentou que, havendo uma medida ou decisão efetiva sobre este assunto, a realização de uma campanha informativa seria, decerto, útil. Contudo, haveria sempre uma responsabilidade por parte do Governo de informar, de forma detalhada, o ponto de situação sobre a matéria em causa, bem como as dificuldades a ela inerentes.

Solicitada a palavra pelo Sr. Deputado Cristóvão Norte (PSD), foi referido que o Deputado responsável por analisar este assunto não tinha podido estar presente na discussão por o mesmo se encontrar em outros trabalhos parlamentares. Contudo, tal impossibilidade não invalidaria que o GP PSD analisasse, condignamente, o Projeto de Resolução apresentado.

Por fim, a Sra. Deputada Maria Manuel Rola (BE) reiterou a necessidade de o SIMA ter de passar da teoria à prática.

Pelo Senhor Vice-Presidente foi dado como encerrada a discussão do projeto de resolução ora em apreço.

Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

ATA NÚMERO 102/XIV/2.^a SL

6. Discussão conjunta dos Projetos de Resolução:

6.1. N.º 957/XIV/2.^a (BE) – “Pela requalificação do troço vale de Santarém – Entroncamento da linha do Norte, incluindo a variante em Santarém”

6.2. N.º 965/XIV/2.^a (PSD) – “Construção da variante ferroviária Santarém - Entroncamento da linha do Norte”

6.3. N.º 1001/XIV/2.^a (PS) – “Recomenda ao Governo a modernização da Linha do Norte entre Santarém e Entroncamento e a resolução do problema das Barreiras de Santarém”

O Sr. Vice-Presidente começou por dar a palavra à Sra. Deputada Fabíola Cardoso (BE), que começou por referir que o GP BE tinha esperança numa solução comum para um problema que é de todos, lamentando que tenha havido partidos que não tenham contribuído com propostas próprias para o debate. Mais referiu que o projeto de requalificação do troço entre Santarém e o Entroncamento era fundamental e estruturante para a rede ferroviária nacional, nomeadamente, devido à intensidade das deslocações de passageiros e de mercadorias que ocorria entre a região das Lezírias e a área metropolitana de Lisboa, a qual reforça a necessidade de um transporte ferroviário com maior segurança e velocidade.

A Sra. Deputada acrescentou ainda que esta obra constava da primeira versão do Plano Nacional de Investimentos (PNI), de 2019, tendo, no entanto, desaparecido na segunda versão apresentada, o que representava um retrocesso, na medida em que a requalificação em causa pretende, além do mais, reduzir riscos mortais. Mais se acrescentou que uma expressão desta firme vontade popular era a aprovação de duas moções na assembleia municipal de Santarém a pedir a mudança de traçado na zona, referindo-se que o Projeto de Resolução n.º 1001/XIV/2.^a, apresentado pelo PS, não incluía esta mudança de traçado, o que deveria ser explicado.

Por fim, a Sra. Deputada afirmou que o desenvolvimento da ferrovia era necessário para um desenvolvimento sustentável do distrito de Santarém, do interior do país e do acesso à europa.

Antes de passar à apresentação do requerimento n.º 965/XIV/2.^a (PSD), pelo Sr. Deputado João Moura (PSD) foram tecidos alguns comentários sobre os antecedentes da apresentação dos Projetos de Resolução que se encontravam em discussão,



Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

ATA NÚMERO 102/XIV/2.^a SL

referindo que a atividade parlamentar não se esgotava na atividade legislativa produzida em sede de comissão e explicando os motivos pelos quais o GP PCP não tinha chegado a apresentar um projeto de resolução sobre a matéria em causa, referindo que o GP PSD tinha indicado o dia 15 de fevereiro para que os restantes partidos indicassem se pretendiam subscrever um documento comum, não tendo o GP PCP tido oportunidade para, nesse dia, apresentar a sua decisão, considerando que, no mesmo dia, o GP BE tinha apresentado o seu Projeto de Resolução, pelo que ficava sem sentido útil a apresentação de um projeto comum.

Mais se referiu que a linha do Norte era a principal linha ferroviária do país e, também por isso, a maior linha responsável pelo transporte de pessoas e mercadorias, sendo que era no Entroncamento que se encontrava localizado o maior porto seco de mercadorias. Por fim, foi dito pelo Sr. Deputado não se compreenderem os motivos pelos quais este projeto tinha sido retirado do PNI, uma vez que esta pretensão servia os interesses de Portugal, constituindo as barreiras de Santarém, em termos de segurança, um perigo iminente.

Pedida a palavra pelo Sr. Deputado Hugo Costa (PS), pelo mesmo foram subscritas as palavras do Sr. Deputado João Moura (PSD) quanto aos antecedentes da apresentação dos PJR, informando-se que o GP PS estaria disponível para um trabalho conjunto sobre este assunto, não se acreditando que o mesmo estivesse relacionado com o TGV. Foi referido pelo Sr. Deputado que a reabilitação do troço da linha do Norte entre Santarém e o Entroncamento era absolutamente fundamental, na medida em que a reabilitação das barreiras de Santarém era um problema de segurança pública existente, pois, caso existisse alguma tragédia, para além do corte da linha do Norte, estaria em causa um problema que poderia custar muitas vidas. Além do mais, foi assinalada a importância de reabilitação das estações, apeadeiros e passagem de nível daquele troço, nomeadamente por ser no Entroncamento que se localiza um porto seco, ponto essencial de mercadorias.

Assim, o Sr. Deputado finalizou dizendo que, apesar de o Projeto de Resolução n.º 1001/XIV/2.^a (PS) não ter incluído a questão do desvio referido pela Sra. Deputada Fabíola Cardoso (BE), o GP PS, por considerar que esse ponto deveria ser deixado para estudos a serem realizados pelas Infraestruturas de Portugal, S.A., defendia a



Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

ATA NÚMERO 102/XIV/2.ª SL

urgente requalificação total da linha do norte, de modo a ser criada uma linha eficiente, rápida e que permitisse a melhor rapidez de resposta.

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado António Filipe (PCP) que, no uso da mesma, afirmou existir alguma tradição de trabalhos conjuntos dos Deputados do círculo de Santarém sobre determinados assuntos, tendo dado o exemplo do que sucedeu com as barreiras de Santarém há uns anos.

O Sr. Deputado manifestou ainda que, havendo um objetivo muito consensual entre todas as forças políticas do distrito de Santarém, no sentido de se proceder à requalificação da linha do norte naquele troço entre Santarém e o Entroncamento, bem como uma grande expectativa de que existisse um investimento para o efeito, que terá sido frustrada com a apresentação do PNI que foi feito, num esforço conjunto por parte dos Deputados do círculo de Santarém, estava agendada uma reunião com o Governo para debater a situação.

Referiu-se que o GP PCP votaria favoravelmente todos os projetos de resolução apresentados, atendendo ao seu conteúdo, manifestando espírito de boa colaboração para que se pudesse ajustar com o Governo uma solução que permitisse uma requalificação ampla e necessária deste troço da linha do Norte incluindo, eventualmente, equacionar alterações ao atual traçado.

De seguida, foi solicitada a palavra pela Sra. Deputada Fabíola Cardoso (BE) que afirmou não ter havido, da parte do GP BE, qualquer falta de lealdade ou falta à verdade sobre os antecedentes da apresentação dos diversos projetos de resolução ora em discussão, referindo que o GP BE somente tinha apresentado o seu projeto de resolução após o GP PCP ter dado a sua resposta. Acrescentando que, ainda que assim não fosse, era da autonomia dos GP atuarem como decidirem.

A Sra. Deputada mencionou ainda que o GP BE tinha apresentado uma proposta que pretendia ser uma contribuição para um problema conjunto, considerando que, no entender do GP BE, o problema era visto por todas as forças políticas como um problema a precisar de uma resposta urgente, pelo que era importante concentrar forças na resposta ao problema, devendo haver capacidade política para, em sede de especialidade, ser apresentada uma resposta a este problema.



Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

ATA NÚMERO 102/XIV/2.ª SL

Seguidamente, o Sr. Deputado João Moura (PSD) pediu a palavra para afirmar, ainda a respeito dos antecedentes da apresentação dos projetos de resolução em discussão, que o Projeto de Resolução n.º 957/XIV/2.ª, do BE, tinha sido apresentado antes do fim do prazo previsto para respostas.

Por fim, usou da palavra o Sr. Deputado João Gonçalves Pereira (CDS-PP), referindo ter sido o GP CDS-PP que, aquando da discussão do PNI, colocou, na audição ao Sr. Ministro das Infraestruturas e Habitação, a questão sobre as barreiras de Santarém e o desaparecimento da verba prevista para esta intervenção do PNI, pelo que só pode felicitar as iniciativas apresentadas pelos vários GP.

Pelo Senhor Vice-Presidente foi dado como encerrada a discussão dos projetos de resolução ora em apreço.

7. Discussão do Projeto de Resolução nº 942/XIV/2.ª (BE) – “Recomenda ao Governo a manutenção e reforço do programa 365 Algarve”

De seguida, o Sr. Vice-Presidente informou que, a pedido do GP PS, este ponto seria adiado para a próxima reunião.

8. Fixação da Redação Final relativa ao texto do Projeto de Resolução n.º 983/XIV/2.ª (BE) – “Ampliação do Programa Apoiar Rendas.”

Entrando neste ponto da ordem do dia, a Sra. Deputada solicitou a palavra para esclarecer que o PJR em causa tratava sobre a «Medida Apoiar Rendas», pelo que se sugeria a alteração do título, devendo passar a constar do mesmo «Recomenda ao Governo a ampliação da medida Apoiar Rendas».

Colocada a votação a redação final do projeto de resolução *supra* melhor identificado foi aprovado por unanimidade.

9. Baixaram à Comissão as seguintes iniciativas:



Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

ATA NÚMERO 102/XIV/2.^a SL

9.1. Projeto de Resolução nº 1030/XIV/2.^a (PCP) – “Recomenda ao Governo a reabilitação urgente da Estradas Nacionais 259, 121 e 260 e a retoma das obras de conclusão do IP8 na sua totalidade”

9.2. Projeto de Resolução nº 1031/XIV/2.^a (PAN) – “Recomenda ao Governo português que desista do projeto ilegal de construção do aeroporto do Montijo”

9.3. Projeto de Resolução nº 1038/XIV/2.^a (PCP) – “Pela mobilização de apoios aos lojistas dos centros comerciais no contexto do combate à epidemia de COVID-19”

9.4. Projeto de Resolução nº 1039/XIV/2.^a (PCP) – “Pela revisão do regime de funcionamento de atividades económicas de bens e serviços no contexto do combate à epidemia de COVID-19”

9.5. Projeto de Resolução nº 1040/XIV/2.^a (PCP) – “Pela melhoria das medidas de apoio às micro, pequenas e médias empresas na resposta aos impactos da epidemia de COVID-19”

9.6. Projeto de Resolução nº 1041/XIV/2.^a (PCP) – “Estabelece a rede de contacto e apoio a microempresários e a empresários em nome individual para acesso às medidas de resposta à epidemia por COVID 19”

9.7. Projeto de Resolução nº 1043/XIV/2.^a (PCP) – “Medidas urgentes para o Sector do Táxi face à epidemia de COVID-19”

9.8. Projeto de Resolução nº 1044/XIV/2.^a (PCP) – “Processo de Modernização do Sector do Táxi”

9.9. Projeto de Resolução nº 1045/XIV/2.^a (PAN) – “Recomenda ao Governo que garanta a preservação da antiga Estação Ferroviária Porto-Boavista”

De seguida, o Sr. Vice-Presidente informou terem baixado à Comissão as iniciativas acima melhor identificadas.

10. Outros assuntos

10.1 Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo CDS-PP para audição do Ministro das Infraestruturas e da Habitação; Conselho de Administração da Autoridade Nacional da Aviação Civil (ANAC); Conselho de



Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

ATA NÚMERO 102/XIV/2.^a SL

Administração e Comissão Executiva da ANA Aeroportos de Portugal (Vinci Aeroportos); Professor Doutor Vital Martins Moreira e do Professor Pedro Matias Pereira, sobre Aeroporto do Montijo

Concedida a palavra pelo Sr. Vice-Presidente ao Sr. Deputado João Gonçalves Pereira (CDS-PP), o mesmo apresentou, brevemente, o requerimento, referindo que o GP CDS-PP pretendia ver esclarecidas algumas questões a respeito quer do contrato de concessão como da avaliação ambiental estratégica apresentada pelo Governo sobre o Aeroporto do Montijo.

De seguida, o Sr. Deputado Bruno Dias (PCP) solicitou que o requerimento ora em causa não fosse incluído na ordem do dia da reunião a que esta ata se reporta, passando para a próxima reunião a realizar pela Comissão, com vista a uma melhor preparação e recolha de informação sobre o assunto. Não tendo havido qualquer oposição, procedeu-se do modo solicitado.

11. Baixaram à Comissão as seguintes iniciativas:

11.1. Projeto de Resolução nº 1048/XIV/2.^a (CH) – “Pela reabertura de estabelecimentos que vendam, única e exclusivamente livros, no próximo Estado de Emergência.”

11.2. Projeto de Resolução nº 1051/XIV/2.^a (PEV) – “Recomenda ao Governo que alargue o Programa Apoiar às empresas e aos empresários em nome individual que ficaram excluídos das medidas desse programa.”

11.3. Proposta de Lei 76/XIV (GOV) – “Altera as condições de construção, certificação, exploração e os requisitos operacionais, administrativos, de segurança e de facilitação dos aeródromos civis nacionais para efeitos de ordenamento aeroportuário”.

11.4. Projeto de Lei 716/XIV (PCP) – “Altera os prazos para a realização de assembleias gerais”.

11.5. Projeto de Lei 718/XIV (PSD) – “Altera o regime da propriedade horizontal, procedendo à octogésima alteração ao Código Civil, e à alteração ao Decreto-Lei n.º 268/94, de 25 de outubro com as alterações subsequentes”. Projeto de Resolução 1059/XIV (PEV) –



Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

ATA NÚMERO 102/XIV/2.ª SL

“Recomenda ao Governo que apoie a certificação e promova o Cobertor de Papa”.

O Sr. Vice-Presidente informou terem baixado à Comissão as iniciativas acima melhor identificadas. A propósito da **Proposta de Lei 76/XIV (GOV)**, informou-se de que a nomeação de relator caberia ao GP PEV. Quanto ao **Projeto de Lei 716/XIV (PCP)**, foi indicado pelo GP PSD como relator a Sra. Deputada Márcia Passos (PSD). Por fim, relativamente ao **Projeto de Lei 718/XIV (PSD)**, o GP PS indicou como relator a Sra. Deputada Maria Begonha (PS).

12. Relatórios de progresso - Leis, Perguntas e Requerimentos e Resoluções AR | Relatório de informações a prestar à AR e Relatório das leis parcialmente regulamentadas e não regulamentadas

Por fim, o Sr. Vice-Presidente informou terem sido distribuídos os relatórios acima melhor identificados.

De seguida, o Sr. Vice-Presidente passou a tratar dos agendamentos da Comissão, esclarecendo que, atendendo à deliberação da Conferência de Líderes, descrita na súmula n.º 38, de 28 de janeiro, as comissões não deveriam reunir em mais de dois dias por semana, devendo esse facto ser tido em consideração nos agendamentos.

Pelo Sr. Deputado Bruno Dias (PCP) foi assinalado que os agendamentos a realizar deveriam ter em consideração a necessidade de salvaguardar a sobreposição de trabalhos parlamentares noutras Comissões, o que se revelava especialmente lesivo para os GP mais pequenos.

Após intervenção dos Srs. Deputados Cristóvão Norte (PSD), Hugo Costa (PS), Isabel Pires (BE), Bruno Dias (PCP) e João Gonçalves Pereira (CDS-PP) foi decidido que, preferencialmente, as audições às entidades mencionadas nos requerimentos melhor identificados nos pontos 3 e 4 da ordem do dia deveriam ser realizadas no mesmo dia, definindo-se a grelha de tempos a aplicar em sede de reunião de mesa e coordenadores.



Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

ATA NÚMERO 102/XIV/2.^a SL

De seguida, deu-se início à Parte II da reunião.

Parte II – 16H00

Audição do Secretário de Estado para a Transição Digital sobre "o Plano de Ação para a Transição Digital", a requerimento do PS

O Senhor Vice-Presidente da Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação, Deputado Pedro Coimbra, começou por dar início à reunião, dando as boas vindas ao Sr. Secretário de Estado para a Transição Digital, Dr. André Azevedo, bem como a todos os Deputados presentes e aos que se encontravam a assistir à audição através do sistema de videoconferência.

Após a primeira ronda, o Senhor Vice-Presidente da Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação, Deputado Bruno Dias, assegurou a condução dos trabalhos da Comissão. Em sede de segunda ronda de intervenções, usaram da palavra os Srs. Deputados Filipe Pacheco (PS), Isabel Lopes (PSD) e Hugo Carvalho (PSD), em intervenção conjunta, Isabel Pires (BE), Bruno Dias (PCP) e João Gonçalves Pereira (CDS-PP). O Sr. Secretário de Estado para a Transição Digital respondeu, individualmente, às perguntas colocadas pelos Senhores Deputados.

Na terceira ronda foram pedidos esclarecimentos adicionais pelos Srs. Deputados Paulo Moniz (PSD), Hugo Carvalho (PS) e Isabel Pires (BE), tendo o Sr. Secretário de Estado para a Transição Digital respondido, no final, ao conjunto das questões suscitadas.

Na terceira e última ronda, usaram ainda da palavra os Srs. Deputados Paulo Neves (PSD), Filipe Pacheco (PS), Duarte Marques (PSD) e Jorge Salgueiro Mendes (PSD), posto o que o Sr. Secretário de Estado respondeu, no final, ao conjunto das questões suscitadas.



Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

ATA NÚMERO 102/XIV/2.^a SL

A reunião foi encerrada às 19:30 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 11 de março de 2021.

O VICE-PRESIDENTE

(PEDRO COIMBRA)



Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

ATA NÚMERO 102/XIV/2.^a SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Pereira (PS)
Hugo Carvalho (PS)
Hugo Costa (PS)
Hugo Oliveira (PS)
Jamila Madeira (PS)
José Rui Cruz (PS)
Pedro Coimbra (PS)
Ricardo Leão (PS)
António Topa (PSD)
Carlos Silva (PSD)
Cristóvão Norte (PSD)
Emídio Guerreiro (PSD)
Filipa Roseta (PSD)
Isabel Lopes (PSD)
Jorge Salgueiro Mendes (PSD)
Sofia Matos (PSD)
Isabel Pires (BE)
Maria Manuel Rola (BE)
Bruno Dias (PCP)
João Gonçalves Pereira (CDS-PP)
Inês De Sousa Real (PAN)
José Luís Ferreira (PEV)
Ascenso Simões (PS)
Cristina Mendes Da Silva (PS)
Filipe Pacheco (PS)
Hortense Martins (PS)
Maria Begonha (PS)
Afonso Oliveira (PSD)
Duarte Marques (PSD)
Jorge Paulo Oliveira (PSD)
Márcia Passos (PSD)
Paulo Moniz (PSD)
Paulo Neves (PSD)
Pedro Pinto (PSD)
Fabíola Cardoso (BE)